



Jeff Lesser. *Welcoming the Undesirables: Brazil and the Jewish Question*. Berkeley: University of California Press, 1995. \$55.00 (cloth), ISBN 978-0-520-08412-4; \$26.95 (paper), ISBN 978-0-520-08413-1.

Reviewed by Rene Decol (Universidade de Campinas)

Published on H-LatAm (July, 1996)

Dando boas vindas aos indesejáveis

Portuguese edition: Jeffrey Lesser, *O Brasil e a Questão Judaica: Imigração, Diplomacia, e Preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. 372 pp. Tables, appendix, notes, bibliography, and index. R\$21 (c. US \$20)(paper).

A imagem do Brasil como uma pretensa democracia racial surgiu na década de 1950, quando o país precisava projetar uma imagem simpática para conquistar um lugar de maior destaque junto ao concerto das nações. Terminada a Segunda Guerra Mundial, os brasileiros haviam lutado junto com as tropas aliadas na Europa, e o Brasil era visto pelos Estados Unidos como um potencial parceiro estratégico no cone sul para sua geopolítica mundial.

A ideia de democracia racial vinha a calhar: por um lado, o país projetaria assim uma dimensão democrática, talvez apagando os resquícios ainda recentes da ditadura de orientação fascista do Estado Novo; depois, sua população, formada ao longo de quatro séculos de colonização, era um melting pot de portugueses, negros e índios, e que, recentemente, recebera ainda um novo e poderoso influxo de imigrantes europeus e asiáticos. Nada melhor, portanto, do que projetar para o mundo a imagem de uma nação onde diferentes raças e etnias conviviam harmoniosamente.

Com o mito da democracia racial, Getúlio procurava neutralizar a força das ideias racistas que, no começo do século, tiveram enorme repercussão no Brasil. Ideias racistas, derivadas de concepções provenientes do Darwinismo social ensinado nas escolas de Direito, foram difundidas pela elite branca brasileira, e haviam quase chegado a colocar o país sob o signo do apartheid.[1] A nova imagem da democracia racial varria o passado sombrio para debaixo do tapete.

Sabe-se agora que o mito serviria, também, para apagar o passado de políticas racistas e anti-semitas do próprio Getúlio Vargas. Desde o início da década de 30, o Estado Novo, o regime autoritário liderado por Vargas, fora presa fácil da propaganda hitlerista, e adotara a retórica anti-semita, passando a ver com crescente hostil-

idade a presença de uma pequena comunidade judaica que começara a se instalar no país a partir do começo do século. Com Getúlio no poder, sentimentos anti-semitas cresceram e foram cuidadosamente nutridos nas esferas mais altas da burocracia governamental brasileira.

A revelação veio a tona em um punhado de livros recém-publicados, entre os quais destaca-se o trabalho pioneiro de Maria Luiza Tucci Carneiro, *Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)* e, mais recentemente, o de Jeffrey Lesser, *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. [2] O trabalho de Lesser, publicado no ano passado, aprofundou a pesquisa iniciada por Tucci Carneiro, ao pesquisar não apenas arquivos e documentos brasileiros mas também fontes internacionais. Os judeus que vieram para o Brasil a partir de fins do século passado eram provenientes de mais de uma dezena de nações espalhadas pelo mundo. Para confrontar dados e fontes, o autor pesquisou em dezenas de arquivos, de diversos países.

A partir da chegada ao poder de Getúlio, em 1930, o aparelho de estado brasileiro passou a preocupar-se com a presença judaica no país, tendo no início tomado medidas informais para restringir a sua entrada e a permanência. A situação cada vez mais dramática dos judeus na Europa fazia com que organismos internacionais de ajuda, além dos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, procurassem pressionar o Brasil para que este admitisse, por razões humanitárias, o ingresso de pelo menos alguns grupos de refugiados. Organizações comunitárias judaicas ainda em estado embrionário no Brasil também procuravam influir junto ao governo brasileiro. Nada disso adiantou. A chegada de judeus ao Brasil era fato explorado por políticos e intelectuais oportunistas, que brandiam o fantasma de uma avalanche de refugiados, fugidos da Europa, roubando

empregos e oportunidades de brasileiros nativos. No parlamento e na imprensa, discursos inflamados alardeavam a presença de centenas de milhares de judeus recém-chegados da Europa.

A questão foi tão explorada, e a preocupação do governo brasileiro tornou-se tamanha, que o recenseamento populacional de 1940 (por uma dessas ironias da história, organizado por Giorgio Mortara, um estatístico judeu italiano que se refugiara no Brasil fugindo de Mussolini, e que fora convidado para dirigir o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o órgão responsável pela elaboração de estatísticas populacionais) incluiu especialmente uma pergunta sobre religião, visando dimensionar o tamanho real da comunidade judaica no Brasil. Alguns oportunistas alardeavam que a população judaica no país já ultrapassava a casa dos 200 mil. Quando os números foram revelados, descobriu-se que os imigrantes judeus não passavam de 50 mil, um número insignificante se comparado ao total da população brasileira, que ultrapassara então a marca de 41 milhões de habitantes.

Lesser, professor de história do Connecticut College, fez um estudo amplo, minucioso e bem documentado, mostrando em detalhes as políticas discriminatórias elaboradas e postas em prática na Era Vargas. Para isso, o autor fez um levantamento exaustivo de arquivos particulares e públicos. Pesquisou em dezenas de arquivos judaicos de Londres, Berlim, e Jerusalém, entre outros, além de entrar a fundo nos documentos oficiais da burocracia governamental da Era Vargas.

Antes de entrar propriamente na questão judaica durante o governo Vargas, seu principal assunto, Lesser teve de reconstituir a história da imigração judaica para o Brasil, partindo praticamente do zero. A imigração judaica para este país começou em fins do século passado e ganhou forte impulso a partir dos anos 20; embora tenha se consolidado e florescido (atualmente há cerca de 90 mil judeus vivendo no Brasil), sua história ainda está para ser contada. Boa parte da historiografia sobre o assunto é formada por contribuições de cronistas amadores. Só agora, pesquisadores e acadêmicos, munidos de instrumentos profissionais de análise, começaram a se debruçar mais seriamente sobre o assunto.

Consultando diversas fontes de dados, Lesser conseguiu fazer um excelente trabalho no que se refere à *questão judaica* durante a Era Vargas, ampliando e dando uma nova dimensão ao trabalho pioneiro de Tucci Carneiro. Além disso, ele foi muito bem sucedido ao reunir um conjunto de informações históricas, econômicas, e sociais sobre a história dos judeus no

Brasil, e colocá-las numa perspectiva crítica, dando um passo fundamental para o conhecimento da história dos judeus-brasileiros, e de sua relação com a política, a sociedade e a história do Brasil. Finalmente, Lesser utilizou de forma adequada as informações demográficas que encontrou, jogando um pouco de luz sobre um aspecto da imigração judaica para este país que ainda foi muito mal estudado.

Lesser relembra os principais momentos desta história, cobrindo o período que vai da década de 20 até o final dos anos 40, um período em que concentrou-se o grosso da imigração judaica para o Brasil. Até os anos 20, a maior parte dos judeus que deixava a Europa se dirigia para os Estados Unidos, para o Canadá ou para a Argentina. A imposição de cotas restritivas para imigrantes nesses países obrigou-os a adotar um novo destino. O Brasil, que em muitos casos era uma parada obrigatória no trajeto dos navios que se dirigiam à Argentina, tornou-se assim uma alternativa natural de refúgio.

O Brasil no início da década de 20 ainda era um gigante adormecido. A maior parte do seu território permanecia desabitado, com o grosso da população vivendo no campo. A população urbana se concentrava numa estreita faixa litorânea, que se estendia do Nordeste ao Rio Grande do Sul, e penetrava pelo interior apenas nas regiões de colonização mais antiga, como Minas Gerais e São Paulo. A maior parte da energia despendida pelos brasileiros se dirigia à agricultura. O café era o maior item de exportação do país, e essa atividade constituía o motor de toda sua economia.

O país foi o último no mundo a abolir a escravidão, e até 1890 o cultivo do café era feito com a mão de obra de escravos negros. Com o fim da escravidão, os negros foram substituídos pela mão de obra de imigrantes europeus e asiáticos. Desde o final do século passado, a entrada de imigrantes no país constituirá um fator de dinamização econômica e cultural.

Lesser mostra que, a partir da chegada dos primeiros grupos de judeus ao Brasil, construiu-se aqui um sistema comunitário que, ao mesmo tempo em que estimulava a vida de novos grupos, procurava orientar os que chegavam. A troca de informações entre Brasil e Europa, espalhando a notícia da boa acolhida numa terra sobre a qual até então nada se sabia, gerou um fluxo migratório que intensificou-se fortemente a partir dos anos 20. “A medida em que os judeus prosperavam em pequenas e grandes cidades espalhadas pelos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná”, escreve Lesser, “eles enviavam uma nova mensagem para a Europa. O Brasil não

era mais a 'land fun di malphes' (terra dos macacos), mas uma terra de prosperidade e poucos conflitos religiosos. O substancial crescimento econômico e industrial ocorrido após a Primeira Guerra Mundial gerava empregos e, para os judeus que encontravam restrições econômicas no Leste europeu, a economia brasileira em desenvolvimento funcionava como um imã" (pp. 60-61).

A desestabilização das pequenas comunidades do leste europeu, a eclosão do anti-semitismo na Alemanha, e depois a Segunda Guerra Mundial, alimentaram ainda mais este fluxo. A partir da chegada de Getúlio ao poder, porém, círculos de intelectuais de orientação fascista passaram a apontar na chegada dos judeus um perigoso fator de desestabilização da sociedade brasileira.

Lesser mostra como a *questão judaica* foi tomando corpo, através da propaganda de intelectuais fascistas, das discussões que se desenrolavam sobre o assunto no parlamento, do debate através dos jornais. E de como o sentimento anti-semita foi se espalhando nos bastidores da burocracia governamental.

O ápice desse movimento foi a assinatura, pelo próprio Getúlio, em 7 de junho de 1937, da Circular Secreta 1.127, uma lei proibindo a emissão de vistos para pessoas de "origem semítica" (o eufemismo usado para judeus).

Por que os judeus, que constituíam uma pequena parcela das grandes levadas de imigrantes vindos da Europa e do Oriente Médio, causavam tamanha consternação a ponto de serem praticamente proibidos de entrar no Brasil?, pergunta Lesser. "E por que, apenas um ano após a proibição, mais judeus entraram no Brasil legalmente do que em qualquer período das duas décadas anteriores? A resposta a essas perguntas envolvia uma mudança na forma como um pequeno mas extraordinariamente influente grupo de intelectuais e políticos encarava a identidade nacional brasileira e o papel que os imigrantes, e portanto residentes e cidadãos potenciais, desempenhariam em sua formação. Este grupo representava uma nova geração na política brasileira, cuja influência havia sido formalizada em 1930, após o golpe liderado por Getúlio Vargas. Embora a ideologia geral do grupo variasse da extrema direita à extrema esquerda, quase todos concordavam com a concepção social, frequentemente ensinada nas escolas brasileiras de Direito, de que o Darwinismo social e o racismo científico formavam a espinha dorsal de uma análise apropriada do desenvolvimento cultural e econômico brasileiro" (p. 22).

A chegada dos judeus ao Brasil coincidiu com um período de intenso dinamismo de sua economia e de grande mobilidade de sua sociedade. O país se industrializava, ao

mesmo tempo em que sua população se urbanizava rapidamente. Os judeus aproveitaram com grande apetite as oportunidades abertas por esse dinamismo e, principalmente, pelo acesso à educação que lhes fora tradicionalmente negado na Europa do leste. A combinação desses dois fatores deu enorme proeminência à comunidade.

Mas atraiu também a atenção de quem procurava um bode expiatório para os problemas do Brasil. Como aponta Lesser, as mesmas razões que atraíram os imigrantes judeus para o Brasil — o dinamismo de sua economia — foram responsáveis pela sua transformação em bode expiatório. Além do desenvolvimento econômico, o país experimentara um grande crescimento demográfico, e parte dele era devido à imigração. Os imigrantes representavam quase 10% da força de trabalho masculina e muitos haviam se tornado razoavelmente bem-sucedidos, em parte porque eram mais bem instruídos do que os brasileiros nativos. A retórica anti-imigratória continha um fator de poderosa atração sobre o eleitorado urbano, o que não passou despercebido para muitos políticos oportunistas.

"A imigração desempenhou um importante papel no desenvolvimento de novos conflitos sociais em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, não por acaso as áreas onde se concentravam os imigrantes judeus. A medida que os nativos descobriam que suas expectativas de sucesso não eram atendidas, políticos estaduais e federais logo percebiam que a retórica anti-imigratória continha um fator de poderosa atração para muitos eleitores urbanos. Na década de 20, os nativistas cada vez mais voltavam sua atenção para ataques aos judeus, utilizando com frequência a linguagem de influência eugênica do anti-semitismo da Europa central e ocidental. O fato de que a maioria dos imigrantes judeus vinha do Leste europeu pós-Revolução Russa servia para que os principais intelectuais e políticos brasileiros confirmassem seus preconceitos de que todos os judeus eram comunistas e exploradores econômicos. A imprensa, os formuladores políticos e os acadêmicos discutiam *O Problema Judaico* mais do que seria esperado, dado o tamanho relativamente modesto da comunidade" (p. 66).

Ataques aos judeus partiam de diversos segmentos da sociedade, acadêmicos, imprensa, militares e políticos. A fascinação e ao mesmo tempo a aversão provocada pelos judeus devia-se, em parte, à visibilidade do grupo, resultante da sua concentração espacial em bairros específicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, bem como da sua concentração ocupacional, principalmente enquanto mascates e comerciantes de tecidos, atividades nas quais haviam obtido grande sucesso. "Seu enriqueci-

mento crescente fez aflorar o racismo e anti-semitismo latentes na sociedade que os rodeava,” escreve Lesser. “No espaço de uma década, os judeus encontraram-se impedidos de entrar no Brasil” (p. 67).

A Revolução de 1930 e o início da Era Vargas seria o divisor de águas para essa mudança. Após 1930, o governo e seus partidários passaram a usar o debate sobre imigração para expressar posições nativistas e nacionalistas. Passaram-se apenas alguns poucos anos antes que os ataques aos estrangeiros fossem transformados em políticas que se baseavam na ideia crescentemente disseminada de que a imigração estrangeira era uma das causas do desemprego, da desordem econômica e da insegurança social.

Foi em meio a esta atmosfera altamente carregada, escreve Lesser, que os políticos brasileiros alteraram de forma impressionante, entre 1930 e 1935, o seu discurso sobre a imigração e os imigrantes. O nacionalismo viria transformar antigas ideias sobre o “branqueamento” do Brasil em políticas federais voltadas para o “abrasileiramento.” Isso acabaria por conduzir a um movimento anti-estrangeiros plenamente desenvolvido entre muitos funcionários federais e estaduais. No início, contudo, os movimentos nativistas escolhiam como alvo apenas os grupos que, apesar de não haverem sido proibidos de entrar no Brasil, não se adequavam aos ideais “europeus.” Considerando-se que a Europa não era vista como espaço geográfico, mas sobretudo, como uma construção social que incluía concepções de cor e religião, os vários judeus que entravam no Brasil vindos da Europa eram considerados como um grupo “não-europeu.”

O crescimento da imigração judaica, por outro lado, favorecia a exacerbação do sentimento anti-judaico, por parte de políticos desejosos de mostrar suas credenciais nativistas para uma potencial clientela urbana. A mudança mais significativa no discurso relativo aos imigrantes judeus foi a transformação da religião em uma categoria racial e o uso de novas formas de linguagem para relacionar um sentimento antiimigrante amorfo em ideias anti-judaicas explícitas.

Com sua presença já estabelecida no Brasil, os judeus, ao lado dos japoneses, tornaram-se o principal alvo dos nativistas. Os japoneses, contudo, possuíam defensores: os fazendeiros, que se interessavam pela sua presumida vocação agrícola, e o governo federal, que percebia o crescente poderio militar do Japão. Judeus, por sua vez, eram um alvo relativamente fácil para o sentimento xenofobo. Ao mesmo tempo, estes compunham um percentual crescente do fluxo migratório que vinha da Europa.

Apenas alguns meses após a tomada de poder pelo governo provisório chefiado por Getúlio, uma legislação totalmente nova, de caráter restritivo, foi adotada. Seu objetivo era controlar a entrada de passageiros de terceira classe, que passavam a ser considerados imigrantes, independente dos reais motivos de viagem. Os imigrantes pobres eram considerados indesejáveis. As novas exigências tiveram, a princípio, o efeito esperado: a imigração judaica foi reduzida em quase 45% e a imigração em geral mais ainda. Porém, a imigração judaica, a despeito das crescentes queixas por parte de representantes brasileiros no exterior, jamais declinou tanto como a imigração geral, chegando a recuperar-se e a atingir um nível ainda maior. Em outras palavras, enquanto a imigração geral entre 1931 e 1945 jamais chegou a marca atingida em 1930, a imigração judaica frequentemente beirou, e ocasionalmente superou, seu Índice de 1930, compondo um percentual crescentemente alto de toda a imigração para o Brasil.

Dadas as barreiras, por que a entrada de judeus teria crescido tanto após 1932?, pergunta Lesser. As razões disso estariam no desempenho de instituições comunitárias, que utilizariam sua rede de contatos e conhecimentos na burocracia brasileira para encontrar brechas no sistema, e para explorar eficazmente algumas das exceções da legislação.

Um dos setores do governo onde o anti-semitismo se manifestou de maneira mais vigorosa foi entre o corpo diplomático. A crescente imigração de judeus para o Brasil, apesar da legislação restritiva, deu origem a um intenso debate entre altos funcionários do Itamaraty, a chancelaria brasileira. Embaixadores em países com grande população judaica enviaram comentários periódicos sobre a conveniência ou não de serem admitidos imigrantes provenientes desse grupo ao longo das décadas de 1930 e 40. “Esses altos diplomatas desempenhavam um papel-chave no debate sobre a imigração judaica, que encaravam basicamente como uma questão social. Alegavam que os imigrantes judeus iriam levar o Brasil a ruína racial, cultural e política e a correspondência enviada por funcionários do serviço estrangeiro geralmente retratava cada imigrante judeu como um subversivo em potencial” (p. 107).

As discussões sobre a questão da imigração internacional, particularmente a de judeus, ganhou ímpeto com a ascensão do nazismo na Alemanha, e manifestaram-se com força durante os debates que precederam a promulgação da Constituição de 1934. Alguns sugeriram que as políticas restritivas deveriam ter força de lei constitucional.

“Os deputados constituintes do Brasil esperavam modelar sua nova política de imigração a partir da Lei das Origens Nacionais dos Estados Unidos, documento que ‘deixou a convicção em diversos setores (dos Estados Unidos) de que o principal objetivo...era de manter longe os judeus’” (p. 120). Apesar das restrições, a imigração judaica continuava aumentando. As razões para isso eram a rede de ajuda construída pelos judeus já estabelecidos no país, além da pressão internacional, sobretudo dos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, para que o Brasil aceitasse em seu território refugiados judeus fugidos do nazismo. A confusão da legislação, que procurava restringir a entrada de judeus sem, porém, jamais explicitar seu objetivo, utilizando para isso subterfúgios, também ajudava a abrir brechas. Dessa forma, em 1936, os judeus já formavam 26% do total de imigrantes entrando no país.

“Por volta de 1935, a ‘Questão Judaica’ havia se transformado no ‘Problema Judaico’. Para a elite intelectual cada vez mais perturbada pelo fantasma do internacionalismo de influência marxista, o anti-semitismo se confundia com xenofobia. A medida que o movimento comunista brasileiro atingia seu auge em meados da década de 30, políticos e intelectuais ressaltavam os supostos laços entre judeus e comunistas” (p. 159).

O fortalecimento do anti-semitismo entre a burocracia e formuladores de decisões políticas, no entanto, colidia com duas questões: primeiro, em meados da década de 30 os judeus cada vez mais procuravam escapar da Europa, e as organizações de ajuda procuravam qualquer destino capaz de garantir a sobrevivência dos refugiados; segundo, as pressões americanas e inglesas para que a Questão Judaica fosse tratada com mais cuidado. O sentimento anti-judaico, porém, predominava na elaboração de políticas migratórias.

“Em janeiro de 1937, os ‘israelitas’ começaram a ser incluídos nas estatísticas de entrada e saída do Estado de São Paulo, sendo substituídas as antigas categorias ‘católico’ e ‘não-católico’. Em 7 de junho de 1937, cinco meses antes do golpe que estabeleceu o Estado Novo, o Ministério das Relações Exteriores emitiu a Circular Secreta 1.127, que fora pessoalmente autorizada por Getúlio Vargas. Essa circular proibía concessão de vistos para pessoas de ‘origem semítica’, causando assim uma queda de 75% na imigração judaica durante o ano seguinte. A rigorosa aplicação das poucas cláusulas que permitiam a entrada de judeus fez seu número diminuir ainda mais. Não deviam ser negados vistos, por exemplo, a ‘semitas que já residiam no país, que sejam casados com brasileiros, possuam filhos brasileiros ou imigrantes

no Brasil’. Contudo, um memorando de esclarecimento concedia status de residente apenas aqueles que houvessem vivido no Brasil por pelo menos cinco anos. Os que fossem casados com brasileiros ou tivessem filhos brasileiros, mas não possuíssem terras ou bens imóveis, recebiam vistos apenas em casos excepcionais. Alguns vistos podiam ser concedidos, por meio de permissão especial, a ‘conhecidas figuras culturais, políticas ou sociais judaicas’, artistas judeus contratados para se apresentar no Brasil e turistas judeus visitando o Brasil em cruzeiros ou pacotes turísticos. Apesar destas poucas brechas, os oficiais de imigração constantemente mandavam embora turistas e empresários judeus, sem medo de serem repreendidos” (p. 170).

Frequentemente a burocracia interpretava por conta própria as ambiguidades da lei. Assim, ao escritor judeu alemão Stefan Zweig foi concedido um visto, enquanto ao antropólogo judeu francês Lévi-Strauss foi negado. A circular secreta apareceu num momento particularmente dramático, pois entrou em vigor exatamente quando a imigração de áreas da Europa ocupadas pelos nazistas atingiu seu auge. O fluxo potencial de refugiados forneceu um argumento poderoso para aqueles que temiam, como João Carlos Muniz, diretor do Conselho de Imigração e Colonização, uma “corrente volumosa de imigração judaica que ameaça atingir enormes proporções.” Os diplomatas anti-semitas, que não eram poucos, sobretudo nas representações de países da Europa Oriental, tinham agora um mecanismo legal para impedir que uma leva de imigrantes indesejados entrasse no Brasil.

“O advento do Estado Novo deixou os judeus no Brasil em posição precária...Rotulado pelos grupos judaicos como um ‘notório integralista e fascista’, [o ministro da Justiça Francisco Campos] ordenou que todas as solicitações de visto fossem acompanhadas por uma certidão de batismo...Ele também ordenou que vistos temporários de três meses, anteriormente prorrogáveis por um segundo período de três meses, não poderiam mais ser renovados. Esta simples mudança fez aumentar o número de judeus que se tornaram imigrantes ilegais em 1 de janeiro de 1938. Dos 4.400 judeus alemães que haviam entrado com vistos de turista entre 1933 e 1937, dois mil iriam encontrar-se em situação ilegal no Brasil em 1938. Por volta de meados de novembro de 1937, entre seiscientos e mil e cem judeus alemães, talvez entre 10 a 15% dos que viviam no Brasil, haviam recebido notificações de que seriam deportados em 15 de dezembro.

A notícia sobre as deportações planejadas causou grande preocupação entre os grupos judaicos e o gov-

erno norte-americano, tendo ambos percebido que os judeus expulsos seriam provavelmente capturados pelas autoridades alemãs e colocados em campos de concentrações.

As pressões americanas foram severas, e Getúlio recusou. Na verdade, Getúlio percebeu que poderia manipular a questão judaica de forma a obter a boa vontade das potências aliadas. Neste momento, os judeus passaram de imigrantes indesejáveis a peões no tabuleiro de influências políticas, espertamente manipulado pelo chefe do Estado Novo. Ao fim, vistos de três meses foram prorrogados por mais um período, e em maio de 1938 todas as ordens de deportação anuladas. A polémica, no entanto, prosseguia.

“O debate sobre refugiados ecoava pelos mais altos escalões do governo Vargas, especialmente após o estabelecimento do Conselho de Imigração e Colonização, em maio de 1938, para supervisionar a colonização e a entrada de imigrantes. Em seu primeiro pronunciamento oficial, o diretor do conselho, João Carlos Muniz, declarou que ‘o problema semítico irá assumir uma posição especialmente decisiva’. A linguagem de Muniz na declaração de três páginas é reveladora. Dois grupos estavam ‘ameaçados’, segundo o diretor do CIC: os judeus (pelos nazistas) e o Brasil (pela ‘raça de Israel’, que ‘ameaçava entrar em volumosas proporções’). Alegando de forma errônea que duzentos mil judeus haviam chegado entre 1934 e 1937, Muniz declarou que ‘o Brasil não deveria abrir suas portas para a imigração judaica’, embora ao mesmo tempo afirmasse que uma restrição absoluta não era aceitável por motivos tanto econômicos quanto humanitários” (p. 194).

A pressão internacional para que o Brasil aceitasse refugiados judeus fugidos do nazismo, a eclosão da Segunda Guerra Mundial, e lentas mas importantes mudanças na forma com que judeus europeus eram vistos pelos altos escalões da burocracia governamental, começaram a alterar a situação a partir de 1939. Mais de quatro mil judeus entraram no país naquele ano, o maior número registrado desde 1929. Os estereótipos tradicionais sobre esse grupo, como estando interessados apenas em se estabelecer em áreas urbanas, jamais na terra; como voltados para as finanças e poderosos em âmbito internacional, passaram a ser indicadores de sua utilidade para o desenvolvimento econômico de um Brasil em transição de uma estrutura agrária e tradicional para outra urbana e moderna.

Intelectuais, cientistas, profissionais e empresários judeus que abandonavam a Europa passaram a ser vistos, por alguns setores da sociedade, como de interesse

para o país. Um exemplo notável, que resume com perfeição as ambiguidades da relação entre o Brasil da época e os judeus, é o de Giorgio Mortara, judeu italiano que veio para o país, fugido do fascismo, e que é considerado por muitos como um dos pioneiros da demografia brasileira. Mortara era editor do conceituado *Giornale degli Economisti e Rivista di Statistica* e foi afastado de seus cargos, como todos seus amigos judeus, em 1938. Em seguida foi convidado a vir ao Brasil pelo diretor do IBGE, José Carlos Macedo Soares. Assim que chegou, no início de 1939, Mortara foi nomeado coordenador do censo de 1940.

A discussão, que até então assumira um tom hegemônico anti-semita, começou a se polarizar, com opiniões que encaravam a entrada de refugiados como potencialmente positiva para o desenvolvimento da nação, tanto em termos econômicos, como científicos e culturais. Os anti-judeus, por sua vez, concentravam suas baterias sobre um número presumivelmente alto de refugiados que teriam entrado ilegalmente no país. Embora as estimativas colocassem o número destes na casa dos dois mil, muitos repetiam números incrivelmente mais altos.

“Vaz de Mello, diretor do Serviço de Passaportes, declarou que, entre 1934 e 1937, quarenta mil judeus haviam entrado como turistas no Brasil e permanecido, e que outros quarenta mil haviam atravessado clandestinamente as fronteiras com o Uruguai, Paraguai e Argentina. A Polícia do Distrito Federal queixou-se acerca de um ‘aumento visível no número de judeus europeus [no Rio]...sendo da opinião que uma considerável parcela desses judeus entrou ilegalmente no Brasil’. Os supostos aumentos eram explicados pelas denúncias de que funcionários do serviço público no mundo todo estavam vendendo vistos brasileiros, e em resposta, foi proposta para Vargas a criação de uma Divisão de Imigração Judaica” (p. 231).

A maioria dos refugiados judeus então entrando no Brasil haviam, segundo Lesser, chegado com documentação legal, resultado do significativo aumento do número de vistos concedidos pelo Itamaraty. Mesmo assim, Vargas recebeu ao longo de 1940 reclamações constantes de que os refugiados estavam “aumentando a já enorme população judaica.” Se esse temor já era exagerado antes de 1939, o foi ainda mais depois da eclosão da guerra. A redução da emigração judaica e da entrada geral de imigrantes na América depois de 1940 fez parte de um processo mundial.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, Argentina e Palestina, 1939 representou o auge da entrada de judeus;

a partir daí, os números foram declinando até o final de 1944. As reduções foram consequência de uma combinação de fatores: a crescente dificuldade que qualquer um encontrava para deixar a Europa; a expansão do controle nazista sobre a Europa do Leste e a concomitante impossibilidade dos judeus de fugir; enfim, a falta generalizada de interesse por parte da maioria das potências não pertencentes ao Eixo, inclusive dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá, em tornar prioritária a salvacão dos refugiados.

No Brasil, as razões de ordem geral da diminuição da entrada de judeus foram reforçadas por uma série de medidas internas. A expansão registrada em 1939 incitou uma enxurrada de novos decretos promulgados entre 1940 e 1942, que explicavam como as regras imigratórias gerais deveriam ser aplicadas no caso dos judeus.

Apesar das restrições à imigração judaica, o Brasil adotava uma postura relativamente liberal com os refugiados já residentes. A vigorosa retórica anti-semita era dirigida, prioritariamente, aos que estavam fora e queriam entrar no país. Em relação aos residentes, porém, muitas vezes as determinações restritivas deixavam de ser cumpridas, ou eram discretamente alteradas. Em 1939 Vargas ordenou que todos os residentes sem documentação e os que houvessem entrado depois de 1 de janeiro, “fossem multados e deportados ou prestassem serviços em campos de trabalho agrícola.” Nada disso, porém, aconteceu, e um alto funcionário do governo brasileiro teve de explicar a um atemorizado embaixador americano “que os judeus seriam deixados em paz.”

“Os refugiados não apenas permaneciam no Brasil, mas com frequência encontravam emprego, muitas vezes trabalhando ilegalmente a despeito do conhecimento do governo quanto a esta atividade. Queixas sobre empregados ilegais, muitas vezes contratados por empresas entusiasmadas por terem administradores e técnicos experientes em troca dos baixos salários oferecidos aos refugiados, eram raramente levadas adiante, pois os refugiados judeus desempenhavam um papel cada vez mais importante no desenvolvimento da economia” (p. 248).

Em janeiro de 1942, Vargas rompeu relações com os países do Eixo. Em agosto, o Brasil entrou na guerra, ao lado dos aliados. Isso permitiu uma mudança acentuada na forma como os judeus eram vistos. O antagonismo arrefecia, ao mesmo tempo que o novo alinhamento no cenário internacional obrigava Vargas a promover reformas na sua estrutura de sustentação política. Importantes ideólogos do autoritarismo nacionalista, como Francisco Campos e Filinto Müller, foram apeados do poder, diminuindo portanto a ênfase dada à polêmica

sobre a conveniência ou não da entrada de judeus no país.

Como consequência, a discussão teve seus tons matizados, com uma nova e crescente tendência no sentido de considerar a presença de judeus no melting-pot nacional como benéfica, sobretudo do ponto de vista econômico, convivendo com as posições anti-judaicas que começavam a enfraquecer.

Embora a população judaica tenha crescido de forma acentuada nas primeiras décadas do século, alcançando a cifra de 55.663 indivíduos em 1940, a proporção deste fluxo migratório jamais alcançou as proporções astronômicas alardeadas por certos segmentos da sociedade, que procuravam manipular em causa própria os exagerados temores em relação a uma pretensa invasão de judeus refugiados, fugidos da Europa sob ocupação nazista.

Lesser assim explica as razões desses temores: “A imigração judaica tornou-se foco de atenção entre os intelectuais brasileiros e membros do governo nas décadas de 20 e 30, em parte devido ao que Daphne Patai denominou ‘visibilidade excedente’. Os imigrantes vindos do Leste europeu não apenas expandiram a população judaica do Brasil, de aproximadamente quinze mil, em 1920, para cerca de cinco vezes esse número apenas duas décadas mais tarde, mas muitos imigrantes e refugiados judeus também galgaram com sucesso os degraus da ascensão econômica nas cidades brasileiras. Na academia, nos escritórios de editoras e nos saguões governamentais, queixas ecoavam: os judeus eram tanto capitalistas gananciosos como comunistas demônios; judeus viviam em cidades e nunca poderiam ser lavradores; judeus eram criminosos; além disso, os judeus eram bem-sucedidos demais. Para os judeus (e muitos outros imigrantes), o Brasil era ‘o país do futuro’; mas para muitos brasileiros influentes, os judeus eram imaginados como sendo o menos desejável de todos os grupos imigrantes” (p. 29).

“Os judeus, a despeito de serem considerados indesejáveis, eram frequentemente bem-recebidos no Brasil. As ideias vagas que líderes políticos e intelectuais brasileiros tinham sobre os judeus e a manipulação dessas concepções com a finalidade de salvar as vidas de refugiados explicam por que leis restritivas foram promulgadas na década de 30, apesar do desejo de acolher imigrantes, e por que a imigração judaica continuou a despeito das restrições em contrário.” (p. 48).

A seguir, os judeus aqui instalados iriam desfrutar os benefícios de uma pretensa democracia racial, onde todos são considerados iguais. Por via das dúvidas, porém,

eles resolveram se prevenir. Afinal, fora na Alemanha, onde os judeus eram mais assimilados do que em qualquer outro país da Europa, que nascera a besta fera do Nazismo. Traumatizados pela história mais de uma vez, os judeus jamais poderiam acreditar em qualquer nova promessa de “igualdade.” Talvez seja esta uma das razões que fazem com que este grupo tenha alguns traços distintos de todos os demais que compõem o melting pot brasileiro. Mas esta já é uma outra história.

Notes

[1] Uma excelente análise do tema está em Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994).

[2] Outro trabalho que vale a pena ser citado é o de Avraham Milgram, *Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvar a católicos não-arianos da Alemanha no Brasil* (São Paulo: Imago, 1994).

If there is additional discussion of this review, you may access it through the list discussion logs at:
<http://h-net.msu.edu/cgi-bin/logbrowse.pl>.

Citation: Rene Decol. Review of Lesser, Jeff, *Welcoming the Undesirables: Brazil and the Jewish Question*. H-LatAm, H-Net Reviews. July, 1996.

URL: <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=508>

Copyright © 1996 by H-Net, all rights reserved. H-Net permits the redistribution and reprinting of this work for nonprofit, educational purposes, with full and accurate attribution to the author, web location, date of publication, originating list, and H-Net: Humanities & Social Sciences Online. For any other proposed use, contact the Reviews editorial staff at hbooks@mail.h-net.msu.edu.